

4. ONGs e Mediações

4.1. As Organizações Não-Governamentais

A origem das Organizações Não-Governamentais (ONGs) remonta aos finais da década de 60/70. Denominadas, em grande parte, como Centros de Assessoria à Educação Popular, as ONGs surgem em meio a um processo de ditadura e tinham como perspectiva, a recuperação da capacidade ativa do povo. Financiadas freqüentemente por agências internacionais, muitas delas ligadas às igrejas, as ONGs passaram a desenvolver projetos que visavam ao fortalecimento dos movimentos populares e de atores identificados com a luta pela restauração da democracia no país.

A rigor, o fenômeno das ONGs não se limitou à situação brasileira, estando também presentes em outros contextos, principalmente da América Latina. Nestes países, também vivendo regimes autoritários, as ONGs representavam formas de ação política que se opunham ao autoritarismo. Tinham um sentido de alternativa ao fechamento do sistema político e seu principal propósito era o de manter espaço de ação cidadã e de defesa de certos valores democráticos (Kameyama, 1997).

No caso brasileiro, as primeiras ONGs ou Centros de Assessoria além da marcante participação das Agências de Cooperação Internacional eram freqüentes, em sua atuação, objetivos como a *conscientização*, *a organização e a mobilização* de diferentes de grupos sociais pauperizados com ênfase naqueles ligados a sujeitos políticos considerados com potencial de transformação: operários e trabalhadores rurais.

Assumindo uma perspectiva de Educação tinham como uma de suas perspectivas principais, dar apoio à formação e atuação desses grupos, junto aos quais pudessem construir uma consciência política.

Apesar de ligados aos Movimentos Populares e Igrejas, estes Centros buscavam diferir de suas instituições de origem, vale dizer as igrejas, partidos, e mesmo universidades.

Os Centros, entretanto, caracterizavam-se por serem entidades com o baixo grau de consolidação institucional, seja em relação a seu corpo funcional (onde predominavam militantes de causas sociais e políticas), seja em relação à sua condição de sustentabilidade (uma vez que tinham seu funcionamento quase que totalmente dependente dos recursos internacionais).

No final da década dos 70, e início dos anos 80, o retorno de anistiados, dá um novo impulso aos Centros de Assessoria Popular e ONGs²⁵. Como podemos observar Landim (1993), que ressalta: “a história atual das ONGs, ou um senso comum existentes no meio, tem reservado um lugar de destaque para os exílios após a anistia de 1979 (...) Gente que sai em 64 e volta em 65, ou que se auto exila e volta em 70, articulações e organizações que florescem nos tempos duro de 72”.

Nesse período ocorre um processo de diferenciação do papel político-pedagógico das ONGs em relação ao campo assistencial da Igreja (principalmente da Igreja Católica) que até aquele momento, hegemonizava a esfera da filantropia e da atuação no campo social. As ONGs propõem-se a tornar atores coletivos autônomos, com projetos próprios, deixando de atuar sob a égide de outros atores sejam eles Igrejas ou Partidos Políticos.

Como pode ser observado na Tabela 1, a década de 80 representou um período extremamente fértil na criação de ONGs, principalmente nas que se congregaram em torno de sua entidade nacional, a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais)²⁶, criada em 1991. No final dos anos 80, as ONGs travam uma árdua batalha com a apresentação de emendas à Constituinte, ganhando notoriedade, o que

²⁵ São criadas ONGs de maior porte, como Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC), Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), fruto da atuação de anistiados políticos que estabeleceram alianças com a Cooperação Internacional para a execução de Projetos Sociais no Brasil.

²⁶ A ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais foi criada em 1991, por um conjunto de ONGs empenhadas na luta por justiça social e na expansão da cidadania e da democracia. Surgiu como forma de articular as ONGs associadas e representá-las coletivamente, junto ao Estado e aos demais sujeitos da sociedade civil, nos planos nacionais e internacionais. Nesse sentido, a Abong busca ser veículo de expressão de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs associadas, diante do desafio do desenvolvimento sustentável e da redução das desigualdades e de todas as formas de discriminação existentes na sociedade brasileira. É integrada atualmente por cerca de 270 ONGs associadas, com destaque na atuação na esfera pública, em áreas como direitos humanos, políticas públicas, questões agrárias e agrícolas, questões urbanas, desenvolvimento regional, promoção da igualdade racial, direitos das mulheres, meio ambiente e ecologia < disponível no site: <http://www.abong.org.br> >.

significava sair do plano de uma atuação em projetos específicos, para uma atuação mais voltada para a esfera pública.

Tabela 1- Período de Fundação das ONGs.

Opções	%
1. Até década de 70	5,0%
2. década de 70	15,6%
3. década de 80	57,0 %
4. década de 90	22,3%

Fonte: Catálogo da ABONG (1998)

Obviamente, a emergência e proliferação das ONGs relaciona-se também à expansão de um amplo e diversificado campo de associações civis no país.

Segundo a ABONG (2002), as organizações voltadas para o desenvolvimento e defesa dos direitos, para a promoção de meio ambiente e para o desenvolvimento rural, perspectivas de atuação em que as ONGs (ligadas à Abong) se enquadram, perfazem um pequeno grupo de organizações dentro do universo associativo brasileiro. Contudo, esse grupo teve um crescimento grande na última década, tendo triplicado seu número, entre 1996 e 2002, ao passar de pouco mais de 2.800 organizações para aproximadamente 8.600 em seis anos. Para Gohn (2003), dizer o número de ONGs no Brasil é uma incógnita, devido a não precisão de seu perfil e à inclusão de entidades diferentes sob a mesma rubrica. A autora relata que o ISER calculou, em 1986, a existência de 1041 organizações, localizadas em 24 estados e 231 cidades e que Landim (1993), estimou em 1993 a existência de 3000 ONGs. A autora indica também que a revista Veja, calculou, em fevereiro de 1994, mais de 5000 ONGs no país.

Nos anos 90, a nova meta é sua institucionalização enquanto organizações. São discutidas e ampliadas estruturas mais nítidas de organização e, normas e hierárquicas internas marcam sua consolidação. As ONGs assumem assim uma outra estruturação de seu quadro, antes composto, em sua maioria, por voluntários atuando em tempo parcial. Agora são quadros formais com vinculações profissionais mais amplas, muitos deles

atuando em tempo integral nas organizações. Além da reestruturação e da profissionalização, uma outra característica marca esse contexto. Trata-se da preocupação com a sustentabilidade institucional e dos projetos por elas executados, uma vez que recursos internacionais vão se tornando cada vez mais disputados e direcionados a alvos específicos.

Além disso, do ponto de vista de suas áreas de atuação, as ONGs encerram a década de 90, mantendo determinadas atuações em setores que caracterizaram sua emergência (Educação, Organização popular/ participação popular) anexando outras preocupações e perspectivas (Ecologia, Direitos Humanos). Os trabalhos com crianças e adolescentes, já presentes durante o final da década de 80, no final dos anos 90, aparecem entre os objetivos de cerca de 48% das entidades. É interessante notar um relativamente menor crescimento das atuações sob a rubrica do Desenvolvimento Comunitário.

**Tabela 2- Áreas de atuação das ONGs –
Início/Final da década de 90.**

Projetos e Beneficiários	Início%	Final%
1. Educação e/ou profissional	25,85	65,76
2. Desenvolvimento Comunitário	4,08	20,65
3. Ecologia	11,56	34,24
4. Direitos Humanos	10,88	47,28
5. Crianças e/ou Adolescentes	25,85	48,37
6. Organização popular/ participação popular	35,12	60,87

Fonte: Elaboração a partir dos Catálogos da ABONG

Além disso, um outro fenômeno emerge em meados da década de 90: o aparecimento das assim chamadas “ONGs de 2ª geração”²⁷. Estas se formam como desmembramento de

²⁷ OLIVEIRA E MACEDO (2001): A classificação de ONGs por Geração se refere a uma similaridade de situação de certas organizações não-governamentais num mesmo tempo histórico. Esta similaridade não é dada somente pela dimensão de serem contemporâneas, mas pela possibilidade de partilhar de ideários, características e experiências colocadas por circunstâncias históricas e sociais comuns. Além disso, a Geração se refere a uma certa herança cultural e sócio-política que são acumuladas e transmitidas entre organizações.

ONGs fundadoras, e são constituídas a partir de dissidências políticas, ideológicas ou fruto de especialização e/ou novas motivações em termos de áreas de atuação.

Para Silva (2003: 42):

A década de 90 é marcada pela perda de vigor dos movimentos populares. As manifestações populares são redefinidas aproximando-se da forma de campanha, cujos principais protagonistas são as ONGs. Voltam-se, sobretudo, para questões de caráter ético-moral e de solidariedade individual, em que se convoca a “sociedade civil” para buscar alternativas para a pobreza, a violência e a corrupção.

Soma-se a isso o fato de que, essa década é marcada por transformações no universo associativo brasileiro, com o surgimento de instituições que denotam um contexto de ampliação do movimento de organização da sociedade civil seja em função das reestruturações produtivas, seja em decorrência da reestruturação do Estado com a redução de seus quadros profissionais. Além disso, a adoção da perspectiva neo-liberal de gestão política, leva o Estado a incentivar a criação de organizações privadas para execução de ações e programas governamentais. Isto significa que intensificam-se as parcerias implementadas pelo poder público, particularmente em âmbito local, tornando-se um aspecto importante que se estende na início dos anos 2000.

Esse fato está relacionado á nova perspectiva e ênfase das políticas sociais, que são obrigadas a ajustar-se “a ferro e fogo” ao enxugamento do Estado e à desregulamentação da economia. O público/estatal, o “público/não-estatal” e mesmo a iniciativa privada tornam-se parceiros na formulação e implementação de projetos e programas de intervenção social-focados e temporários- gerando, inclusive, cooperação no setor terciário da economia e no âmbito informal” (Medeiros e Chinelli, 2003).

A esse movimento, no contexto nacional, se agregam outros desencadeados pelos próprios organismo internacionais como o BIRD e o Banco Mundial, que incentivam (e em alguns casos, exigem) a participação do chamado “terceiro setor” (ONGs e entidades da sociedade civil) na gestão de projetos por eles financiados. Kameyama (1997), ressalta, que

Classificamos as ONGs criadas nas décadas de 70/ 80, como de 1ª geração; e como ONGs de 2ª geração, algumas estruturadas no decorrer da década de 90, muitas das quais nasceram a partir das primeiras.

O Banco Mundial é, sem dúvida, a instituição internacional que mais contribuiu para a consolidação e disseminação deste campo no mundo em desenvolvimento, principalmente através da colaboração funcional com as ONGs (1997: 97).

Para o banco, o interesse em trabalhar com ONGs decorre de sua presunção acerca da “ineficiência” dos Estados Nacionais e de uma possibilidade de maior eficiência e efetividade dos projetos, quando realizados estas organizações.

Ainda que pudesse haver algo de verdade na possibilidade de uma efetividade na atuação das ONGs, principalmente entre as que acumularam maior experiência de trabalho junto a determinados grupos sociais, a ênfase na atuação das Organizações Sociais relacionava-se, como já foi assinalado, às mudanças na orientação papel do Estado. No processo de reforma do Estado²⁸, o papel das ONGs se destaca entre as propostas para o redirecionamento das políticas públicas. Nesse processo, a reorganização dos serviços sociais visava à transferência das responsabilidades públicas na prestação de serviços para a comunidade, família, seja através das associações não governamentais, seja das organizações filantrópicas tradicionais e/ou suas formas mais modernas. Nesse contexto, as ONGs assumem um papel nitidamente mais importante que no passado.

O Estado une-se às ONGs numa tentativa de suprir suas limitações. Usa alguns tipos de programas e cria parcerias, para as quais são transferidos fundos públicos para a implementação de programas governamentais, principalmente nas áreas de apoio à crianças e adolescentes, qualificação profissional, microempresas, etc. As ONGs, ao aceitarem cooperar com o Estado, introduzem um questionamento a seu funcionamento e às suas perspectivas originais. Assim, como afirma Kameyama (1997:25), a cooperação ou parceria com o Estado, apresentava problemas:

²⁸ SILVA (2003): A chamada reforma do aparelho estatal brasileiro, embora presente no debate político desde a década de 1980, adquiriu centralidade no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, nos anos de 1990. Na verdade, essa “reforma” do Estado não constitui novidade na cena política nacional. Basta fazer uma retrospectiva dos diversos momentos em que o capital esteve em crise para perceber que, nessas ocasiões, debatia-se também a “reforma” do Estado. Os exemplos anteriores mais conhecidos ocorreram no início da formação do Estado burguês no Brasil, no período populista/desenvolvimentista e na ditadura militar. No governo FHC, a ofensiva institucional foi desencadeada com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado e com a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Mediante o discurso que apresentava o Estado, das últimas décadas, como o agente responsável pela crise econômica devido à forte intervenção na economia e aos consideráveis gastos sociais, o governo apresentou como única alternativa para a resolução dessa crise a “Reconstrução do Estado”, ou seja, sua profunda reforma.

Do ponto de vista da política pública do Estado, as ONGs são estritamente provedoras de serviços sociais que recebem subsídios para “execução” de programas estatais e, do ponto de vista das ONGs, a queixa frequente é de não serem levadas em conta na definição e elaboração de políticas sociais.

Além disso, como ressalta, um dos maiores críticos à atuação do chamado Terceiro Setor:

As chamadas organizações não-governamentais (ONGs), quando hoje passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental, por meio de parcerias, ou quando são contratadas pelo estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar, de forma terceirizada, as funções a ele atribuídas, não parecem tão fieis a seu dito caráter “não-governamental” e a sua condição de “autogovernada” (...). Sua denominação parece enganosa; a dita “não-governamentalidade” e a “autogovernamentalidade” dessas organizações encobre o fato de estarem integradas tendencialmente à política de governo. Querendo ou não (e sabendo ou não) estão fortemente condicionadas – sua sobrevivência, seus projetos, seus recursos, sua abrangência e até suas prioridades – pela política governamental. Não têm a autonomia que pretendem – nem prática, nem ideológica e muito menos financeira – dos governos. (Montano, 2007: 272)

Sem dúvida, parte das razões para a intensificação das parcerias localizava-se também na redução dos recursos internacionais para as ONGs, o que tornava-as frequentemente, dependentes de recursos do Estado. Entretanto não há como negar, que mesmo com profundos problemas de financiamento, de um modo geral, as ONGs diferenciavam-se das demais instituições da sociedade civil, no que se refere a seu comprometimento com as causas da justiça social, direitos humanos, questões humanitárias e preocupações com as condições de desigualdade e de exclusão no país.

Outro fator que caracteriza os anos 90 é a criação de ONGs (e outros tipos de organizações) dentro dos contextos populares. São as chamadas, por alguns autores como *ONGs de dentro*. Essas vêm assumindo diferentes perfis institucionais: Centros Culturais, Centros de Memória, Pré- Vestibulares Comunitários, etc. Algumas dessas Organizações nasceram como alternativas, à deterioração das organizações tradicionais de representação dos Moradores (as Associações de Moradores e/os Associações de Amigos dos bairros), sendo que em muitos dos casos, seus fundadores são antigos líderes ou pessoas com experiência de lutas nas antigas Associações locais.

Desta forma, as *ONGs de dentro* representam uma certa “ampliação dos horizontes políticos” e do nível educacional de parte dos moradores das áreas pobres. Com frequência, alguns moradores, atingindo o nível universitário passam a exercer atividades voltadas para a melhoria das condições de vida de seus (antigos ou atuais) vizinhos.

Ainda que muitas destas iniciativas tenham caráter mais setorial (trabalho com jovens, esportes, cultura, meio ambiente, educação, etc) a importância deste novo tipo de organização, tem sido reconhecida como um dos fenômenos associativos mais importantes dos contextos populares. Podemos observar através de Pandolfi e Grynspan (2004) que:

É fundamental destacar o fato de que, sendo qualificadas como “de dentro”, lhes confere legitimidade (...) Essas ONGs, por serem fruto da iniciativa e da mobilização das próprias comunidades, e por conhecerem e controlarem mais profundamente seu espaço, suas relações e suas necessidades, reuniram melhores condições, e maior competência para atuar no seu interior e para pensar e propor alternativas. Isso lhes daria um reconhecimento enquanto interlocutores autorizados e, parceiros mais lógicos na implementação de projetos.

Obviamente, mesmo que profundamente enraizadas nas realidades locais, e facilitando as relações entre as comunidades e outras esferas da sociedade e do Estado, essas Organizações não têm o caráter de representatividade que possuíam as antigas Associações de Moradores. Esse limite em relação à representatividade se estende ao conjunto das ONGs, e não apenas às chamadas *ONGs de Dentro*. Como afirma Fernandes apud Gohn (1997: 58):

(...) as ONGs não possuem um caráter representativo. À diferença dos sindicatos, das associações de moradores ou mesmo dos movimentos sociais, as ONGs não podem falar e agir em nome de terceiros. Fazem-no somente em nome próprio..

Essa condição, se por um lado reduz o caráter de sua atuação, por outro coloca-as com menor dependência no complexo jogo político relacionado aos sistemas representativos e suas necessidades para legitimação de suas decisões. Mais ainda, sendo particulares, as ONGs podem, em princípio, multiplicar-se indefinidamente, em função das demandas e da iniciativas, sem que isso coloque problemas de legitimidade.

Acreditamos que as ONGs possuem papel fundamental na sociedade brasileira, em geral, e nos contextos populares, em particular. Sua presença introduz uma série de novos elementos tanto no campo da política como campo cultural e social. Ainda que grande parte dos estudos acerca das ONGs hegemônicas as relações com o Estado, acreditamos que, sem negar essa relação, as ONGs - em geral e as Ongs de dentro em particular, também possuem importantes funções nas relações no interior da sociedade. Neste sentido, vale destacar as contribuições de Pinto (2000:6) para quem elas são organizações-mediadoras de inúmeras articulações, sendo fundamental pensá-las dentro da perspectiva de redes sociais:

A noção de rede em relação às ONGs pode ser pensada em duas formas: uma é a rede entre ONGs (incluindo também os movimentos sociais,) na qual cada organização é ponto de transmissão para outras, maiores ou menores, locais ou globais. Outra forma de pensar em rede é como um espaço tridimensional onde as ONGs funcionam não apenas como ponto de transmissão, mas como pontos nodais, que acumulam e distribuem informações, acumulam poder, credenciam-se como atores que realizam uma ligação entre Estado e a sociedade em geral.

4.2. As Mediações

Pensar as ONGs como mediadoras requer entender que conceito é esse. O conceito de mediação tem duas abordagens básicas:

- A abordagem histórico-filosófica, onde o conceito articula-se ao processo de construção do conhecimento;
- A abordagem sociológica que identifica e constrói atores sociais (e instituições) que estabelecem relações entre indivíduos (ou grupos sociais) com as demais partes da sociedade.

Na primeira abordagem, o conceito de mediações retrocede à Antiguidade Clássica, sendo concebido como “uma maneira de pensar o real, centrado no Outro” (Almeida, 2001:36). Diversos são os “sábios pensadores” que na Grécia antiga tentam mediar a Lei dos Deuses e a Lei dos Homens (no caso a Lei dos Reis). Além disso, são inúmeros os exemplos onde filósofos são convocados para, mediante a consideração de “argumentos ou

novos ângulos de análise”, construir argumentos necessários para a solução de conflitos de interesses e interpretações. (idem, 2001:38).

Entretanto, no campo filosófico, o conceito de mediação ganha força a partir de Kant e posteriormente, Hegel, Marx e, já no século passado, o teórico marxista Luckács, retoma o conceito a partir da questão do problema do conhecimento na Dialética. Kant, preocupado com as questões da construção do conhecimento científico (trazidas por Newton, e outros cientistas dos fenômenos da Natureza) indica que o “conhecimento implica numa articulação de dois grandes pólos: de um lado, as categorias e conceitos, de outro, a intuição e a realidade”.

Para esse autor, o “conceito sem intuição, é vazio; e a intuição sem o conceito, é cega”. Sem mediações entre esse dois pólos do processo de conhecimento, este não se constrói, ou não tem poder de generalização - frustrando, portanto o objetivo fundamental da experiência científica.

Hegel, discípulo de Kant, dá seqüência à trajetória filosófica do conceito de mediação, na construção do conhecimento. Para ele, “categoria (conceito) e intuição (realidade) se fundem num movimento dialético onde através do processo de tese- antítese – síntese, o conhecimento avança”. Neste processo, não se trata da eliminação do negado, mas de produzir aproximações sucessivas, entre um objeto e seu conceito”. Além disso, para Hegel o trabalho é a mediação histórica que distingue os seres humanos, sendo um momento da dialética, uma relação ideal. (Hegel apud Almeida, 2001:35). Na concepção marxista, a mediação assume um sentido historicamente concreto, indo além de sua dimensão idealista. Para Marx, “ as mediações representam a expressão histórica das relações concretamente estabelecidas entre o homem e a natureza, e com os demais homens, ou seja, as relações sociais” (idem:37). Na perspectiva marxista, coube ainda a Luckács (1979), a explicitação mais contemporânea de mediação. Para este autor, “ a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que deve estar presente em toda a realidade, independentemente do sujeito”. Sem a percepção do movimento das mediações o conhecimento do real não avança. Propõe o trinômio de mediações - Universalidade- Particularidade- Singularidade na análise dos fenômenos reais. Estes se apresentam de forma singular e imediata. A tarefa intelectual do conhecimento consiste em encontrar a universalidade que existe em objetos e fenômenos singulares. Neste sentido, a particularidade é o campo, por excelência das mediações: Nela

a universalidade se singulariza e o imediatismo do singular, se amplia e se universaliza” Sem as mediações, a observação da realidade se fragmentaria numa multiplicidade de fenômenos e fatos aparentes cujas relações entre si e com as causalidades mais universais, ficariam encobertas e desconhecidas.

Se numa primeira perspectiva as mediações se referem ao processo de construção do conhecimento, numa outra perspectiva, o termo tem tido um emprego mais sociológico, referindo-se às relações sociais, quer no campo cultural, quer no campo político ou mesmo para designar o que caracteriza a atuação de determinados grupos profissionais, entre eles, o próprio Serviço Social. Nestes campos, o termo vem sendo empregado por diferentes autores:

- Velho e Kuschnir – **Mediação Cultural**: Em sua obra “Mediações, Cultura e Política (2001) “emprega o termo para referir-se a uma mediação que tem o seu significado cultural, onde os mediadores transitam entre indivíduos e grupos, possibilitando conhecer os códigos dos contextos sociais. “Os mediadores podem funcionar tanto como intérpretes, porta-vozes, embaixadores, como mediadores de conflitos ou empreendedores que a partir dos cotidianos, de decisões e ações localizadas, de alteração de papéis sociais, desenvolvem projetos, criam novos espaços, inovam e redefinem situações”.
- Hermano Viana – **Mediação Política**: Em seu artigo “Não quero que a vida me faça de Otário” Hélio Oiticica²⁹ faz o mediador entre o asfalto e o morro. Utiliza o conceito de mediação para analisar a ação política de indivíduos em diferentes espaços. A mediação asfalto-morro estabelecida por ele, segundo Velho e Kuschnir (2001) é um papel desempenhado por indivíduos que são intérpretes e transitam entre diferentes segmentos e domínios sociais (...) onde os mundos sociais diversos, onde os contatos com um e outro são sempre problemáticos e provocadores das reações mais diversas”.

²⁹ VELHO e KUSCHNIR (2001): Um artista carioca de 28 anos, chamado Hélio Oiticica, egresso dos embates intelectuais/ estéticos do concretismo e do neoconcretismo, havia tido a petulância de trazer para o MAM uma ala de passistas da favela e da escola de samba Mangueira para apresentar, em seus corpos e em estandartes, suas novas obras, intituladas justamente de Parangolés.

- **Martinelli (1999) e Almeida (2001)** e outros autores **da área profissional – Mediação Profissional**: segundo os quais o que caracteriza a atuação do assistente social são as constantes mediações que ele estabelece entre os indivíduos e grupos sociais, Instituições ou as Políticas do Estado. “As mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias e pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude”.
- **Área Jurídica - Mediação de Conflitos** – “estabelecimento de relações entre dois termos a fim de constituir ou desenvolver o laço social e de prevenir conflitos (...) Refere-se à forma não contenciosa de regulação de litígios, sob a égide de uma terceira pessoa” (Almeida, 2001:39). Usada na **criação de instâncias de resolução de conflitos, sem necessidade das esferas jurisdicionais (polícia ou justiça)**.

Finalmente, as sociedades contemporâneas, em geral e a sociedade brasileira e carioca, em particular, ambas marcadas por enormes desigualdades sociais, vivem internamente uma ampliação de distâncias e barreiras sociais e culturais entre seus segmentos e grupos sociais. Processos de incomunicação social, atitudes de discriminação, intolerância e racismo, medos sociais são alguns dos fenômenos que desafiam a vida associativa dificultando as experiências de participação política, e a arena da negociação democrática.

O aparecimento de novos atores complementando ou substituindo os mediadores políticos clássicos (chefes e representantes políticos, partidos, sindicatos, etc) responde a essas novas necessidades de trânsito e interlocução entre mundos diferentes e, desiguais no acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade. Esse tem sido o papel de uma série de atores da Sociedade Civil Organizada (ONGs, movimentos associativos, movimento de usuários, grupos culturais etc.).

São atores com capacidade de circular socialmente e, compreendendo diferentes códigos e valores, colaboram na tradução das diferenças. Deve-se destacar que, do ponto de vista mais político, esses mediadores mesmo com legitimidade junto aos diferentes grupos

e segmentos **não se propõem a representá-los politicamente**. Entretanto em muitos casos, sua ação está voltada tanto para a defesa de causas e direitos, como para o acolhimento de demandas, qualificando-as e traduzindo-as em projetos sociais.

Essa é, pois a perspectiva que adotamos para observar as ONGs com atuação no Borel: sua presença nos processos de interação, comunicação e negociação entre grupos sociais e esferas da sociedade e do poder político.